



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA DE SAPUCAÍ – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
EDMAR SOUZA SALGADO



Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003

Data da instalação: 5-10-2007

Data de Implantação do PJe: 15-7-2013

Jurisdição: Santa Rita do Sapucaí, Cachoeira de Minas, Careagu, Conceição dos Ouros, Consolação, Gonçalves, Heliadora, Natércia, Paraisópolis, São Sebastião da Bela Vista e Sapucaí-Mirim.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 20-10-2020, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 28-8-2019

Às 8 horas do dia vinte e sete de outubro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí, situada na Avenida João de Camargo, 384, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Edmar Souza Salgado**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Vladimir Donizeti da Silva; os servidores Antônio César Siqueira Rennó, Diego de Almeida Matos, Gilberto Expedito Vieira, Jamila Fortes Vilela, Luciana de Vasconcelos Gomes, Maira Costa Monteiro Dias de Alckmin, Marília Alvarenga de Faria, Priscila Menezes da Rocha, Roberta de Arruda Campos e Robson Maciel Diniz. Ausentes os servidores Andreza Magalhães do Nascimento e Roberto Luís Moreira Teixeira em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 541 processos, distribuídos neste ano até o dia 19-10-2020, apurando-se a média de 3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 23 cartas precatórias, dentre elas 8 executórias, até o dia 19-10-2020, das quais 19 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 288 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 188 processos foram remetidos neste ano até o dia 19-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 10 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 9 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 384 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 12 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 5 processos sobrestados em razão da ADC 58.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Santa Rita do Sapucaí - 01a Vara				
Indicador e Ano	2016	2017	2018	2019	Meta 2019
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	16,38	16,22	18,56	17,80	20,00

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	22
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	74
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	5



Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.

3

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2017	2	3
2018	3	2
2019	13	1
2020 – ano de referência	84	
TOTAL	102	0,25

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 16-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010506-71.2017.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010862-66.2017.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010294-16.2018.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010474-32.2018.5.03.0150	Ação Civil Pública	Aguardando audiência
0010486-46.2018.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010116-33.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência



	Ordinário	
0010158-82.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010395-19.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010412-55.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010490-49.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010626-46.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010643-82.2019.5.03.0150	Tutela Antecipada Antecedente	Aguardando prazo
0010644-67.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010665-43.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010670-65.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010706-10.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010713-02.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010714-84.2019.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010021-66.2020.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010101-30.2020.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	124



FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	62
FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	201

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	5



1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Santa Rita do Sapucaí - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020 (até 09/11/2020)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	54,20	52,18	41,23	53,53	24,09

Existem 294 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 282 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 12 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 19-10-2020.

No ano 2019, até o dia 19-10 havia 600 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 590 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 10 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 19-10):

Processo	Classe	Tarefa
0010343-33.2013.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010785-62.2014.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010386-67.2013.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando cumprimento de acordo
0010187-74.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010495-13.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011295-75.2014.5.03.0150	Execução Fiscal	Arquivo provisório
0010523-78.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010778-36.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010966-29.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo



0011174-13.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010876-21.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010359-16.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010916-03.2015.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010055-80.2016.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010107-47.2014.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010084-33.2016.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010137-14.2016.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010329-15.2014.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010851-71.2016.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010047-06.2016.5.03.0150	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando cumprimento de acordo

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	35	346
02-FEVEREIRO	52	180
03-MARÇO	31	91
04-ABRIL	57	5
05-MAIO	29	30
06-JUNHO	151	62
07-JULHO	508	35
08-AGOSTO	488	20
09-SETEMBRO	70	54
10-OUTUBRO	48	18
Totais	1469	841

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
		1						1		
EDMAR SOUZA SALGADO	346	179	91	5	14	62	35	19	13	18
FABRICIO LIMA SILVA					16				41	
Totais	346	180	91	5	30	62	35	20	54	18



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	34	31
02-FEVEREIRO	40	46
03-MARÇO	38	41
04-ABRIL	49	19
05-MAIO	78	13
06-JUNHO	55	72
07-JULHO	63	79
08-AGOSTO	75	37
09-SETEMBRO	63	12
10-OUTUBRO		23
Totais	495	373

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 19-10-2020, existem 23 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	5
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	13
Tutelas Provisórias Pendentes	5
Total	23

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 27-10-2020 havia 5 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 4 processos;
- b) inquirição de testemunha (juízo deprecado): 1 processo.



Foram examinados os autos dos processos 0010679/20, 0010558/20, 0010556/20, 0010559/20 e 0010554/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 19-10-2020, 4 processos físicos no total, dentre eles, um migrável.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010537/20, 0010554/20, 0010531/20, 0010411/20, 0010236/20, 0010320/20, 0010233/20, 0010209/20, 0010250/20, 0010223/20, 0010391/20, 0010115/20, 0010120/20, 0010506/20, 0010420/20, 0010363/20, 0010542/20, 0010539/20, 0010540/20, 0010444/19, 0010529/20, 0010530/20, 0010524/20, 0010407/20, 0010441/20, 0010307/19, 0010400/20, 0010445/20, 0010442/20, 0010443/20, 0010488/20, 0010278/20, 0010483/20, 0010435/19, 0010393/20, 0010079/17, 0010173/20, 0010059/20, 0010308/20, 0010448/20, 0010047/19, 0011101/15, 0010258/20, 0010375/20, 0010374/20, 0010688/18, 0010581/19, 0010485/19, 0011364/15, 0010047/19, 0010534/20, 0010143/20, 0010181/20, 0010183/20, 0010145/20, 0010162/20, 0010216/20, 0010254/20, 0010551/20, 0010482/20, 0010352/15, 0010438/19, 0010424/20, 0010349/20, 0010484/19, 0010556/18, 0010007/19, 0010437/19, 0010510/19, 0010309/19, 0010659/19, 0010672/19, 0010650/19 e 0010352/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010213-67.2018.5.03.0150	Execução
0010225-81.2018.5.03.0150	Aguardando apreciação pela instância superior



0010273-74.2017.5.03.0150	Execução
0010474-32.2018.5.03.0150	Audiência 12-11-20
0010792-49.2017.5.03.0150	Aguardando apreciação pela instância superior
0132600-36.2008.5.03.0150	Execução

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010472-91.2020.5.03.0150	Audiência 5-11-20
0010475-46.2020.5.03.0150	Audiência 26-11-20
0010516-13.2020.5.03.0150	Audiência 12-11-20

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	23	24	30
Instrução processo eletrônico	81	67	60

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	11	11-11-20 - 11 dias
Procedimento Ordinário	11	11	11-11-20 - 11 dias
Instrução	17	11	10-12-20 - 31 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 19-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	509	59



2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	197	91

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	708	2.307
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	11	2.214

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	63	0,28
Julgados procedentes em parte	205	0,90
Julgados improcedentes	49	0,22



Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	318	1,40
Extintos sem resolução de mérito	26	0,11
Arquivamento	24	0,11
Desistência	42	0,18
Outras decisões sem exame de mérito	0	0
Total sem exame de mérito	92	0,40
Decisões de conhecimento	410	1,81
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	130	0,57
Decisões na fase de execução	88	0,39
Total	628	2,8

No ano de 2020, até o dia 19-10, com 184 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	19-10-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	48	0,26
Julgados procedentes em parte	130	0,71
Julgados improcedentes	21	0,11
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	178	0,97



4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO: –
Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,33
Conciliação em execução	6	0,29
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	19	0,90
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	40	1,90
Una/Una (rito sumaríssimo)	42	2
Total	114	5,4

No mês de setembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 28 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 20-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	15	13		6		
02-FEVEREIRO	32	27		2	1	1
03-MARÇO	24	39	5	3	2	
04-ABRIL	32	1	5	2	2	
05-MAIO	38	16	1		1	
06-JUNHO	25	49	4	1		
07-JULHO	23	27	6	5		1
08-AGOSTO	19	28	2	3		1
09-SETEMBRO	24	29		1		1
10-OUTUBRO	22	9	3	4	4	1
Totais	254	238	26	27	10	5



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
EDMAR SOUZA SALGADO	19	30	42	3	10	50	33	32	15	14
FABRICIO LIMA SILVA					6				16	
Totais	19	30	42	3	16	50	33	32	31	14

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 20-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	51	33
02-FEVEREIRO	109	114
03-MARÇO	75	91
04-ABRIL	100	7
05-MAIO	134	58
06-JUNHO	104	136
07-JULHO	124	147
08-AGOSTO	102	122
09-SETEMBRO	127	116
10-OUTUBRO	88	27
Totais	1014	851

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
EDMAR SOUZA SALGADO	33	114	91	7	27	136	147	122	43	27
FABRICIO LIMA SILVA					31				73	
Totais	33	114	91	7	58	136	147	122	116	27

Foram realizadas 56 audiências de 1º-10-2020 até o dia 23-10-2020 e designadas 29 de 26-10-2020 até do dia 30-10-2020. Em novembro de 2020 estão designadas 49 audiências.



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	31	25
02-FEVEREIRO	64	43
03-MARÇO	38	95
04-ABRIL	52	2
05-MAIO	76	31
06-JUNHO	89	81
07-JULHO	62	93
08-AGOSTO	51	72
09-SETEMBRO	65	64
10-OUTUBRO	48	15
Totais	576	521

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
EDMAR SOUZA SALGADO	25	43	95	2	15	81	93	72	25	15
FABRICIO LIMA SILVA					16				39	
Totais	25	43	95	2	31	81	93	72	64	15

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 19-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	454	342
02-FEVEREIRO	619	558
03-MARÇO	638	534
04-ABRIL	617	241
05-MAIO	528	448
06-JUNHO	726	595
07-JULHO	664	521
08-AGOSTO	640	472
09-SETEMBRO	726	569
10-OUTUBRO	619	275
Totais	6231	4555



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 9 horas e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 19-10
Processos recebidos	674	666	541
Média por dia útil	3	2,9	2,9
Processos remanescentes do ano anterior	163	101	117
Sentenças anuladas	7	2	1
Total de processos para solução	844	769	659
Processos solucionados	775	702	521
Processos conciliados	302	292	237
Produtividade	91,82%	91,28%	79,06%



Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 1,19% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 0,53%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	237
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	521

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	521
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	542

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	176
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	794



MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	124
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	562

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	201
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	510

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 19-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	562
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	510
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	13



2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	124
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	201
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	13

Perfil da Vara do Trabalho		Santa Rita do Sapucaí - 01ª Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,14	0,41	0,22
	I02 - Pendentes	711	425	417
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00



	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	73,73	68,72	65,05
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	98,54	93,13	94,92
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	709,68	1.829,82	1.869,81
	I07 - Taxa de conciliação (%)	40,52	40,58	42,77
	I08 - Taxa de solução (%)	105,05	100,41	90,01
	I13 - Taxa de execução (%)	520,95	764,93	766,93
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	17,83	18,49	20,07
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	53,53	23,19	24,09
	I11 - Produtividade por servidor	83,62	107,23	100,08
	I12 - Pendentes por servidor	48,92	28,38	28,31
Meso	Acervo	0,11	0,10	0,08
	Celeridade	0,16	0,25	0,25
	Produtividade	0,38	0,39	0,39
	Congestionamento processual	0,39	0,14	0,11
	Força de trabalho	0,54	0,43	0,43
Macro	IGEST	0,3155	0,2637	0,2550
	Posição IGEST	12	2	2
	Movimentação processual	0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)



6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.434.545,55	R\$720.066,66

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2008, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 2/2009, determinando que as intimações aos procuradores das partes, independentemente do local de inscrição de OAB ou endereço, sejam realizadas via publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho/MG; 1/2014, que regulamenta a entrega de elementos físicos no PJe e a 1/2018, sobre o envio de notificações com Aviso de Recebimento - AR, às expensas da parte interessada, na Vara do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 103,55% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 94,11%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,82%.



Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,05%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,22% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 51,69% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 136,03%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 307,50% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional não teve processo para essa Meta.



Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 74 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 44,42%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 60 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.



Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 4) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 5) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017, tendo em vista que não foi atingida no ano 2019;
- 6) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;
- 7) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 8) cumprida, no que couber, a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e o artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus



postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

11) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Excelentíssima Desembargadora Corregedora ressaltou o excelente trabalho realizado pela unidade judiciária, refletido nos ótimos resultados alcançados pela vara.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia vinte e sete de outubro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 152, publicado no DJe de 20-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.10.29 13:06:31 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria